

RECLAMAÇÃO Nº 37.176 - ES (2018/0345955-0)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
RECLAMANTE : MARIA HELENA DALCIN LEMOS E OUTROS
ADVOGADOS : LEILA RUSCIOLELLI PAIVA RIBEIRO DE ASSIS - ES006438
JOÃO FERNANDO GOMES ALVES E OUTRO(S) - ES005561
ANDRÉ ANGELO RIBEIRO DE ASSIS - ES019068
RECLAMADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A REGIÃO
INTERES. : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Petição protocolada pela parte reclamante, suscitando Conflito de Competência entre a Primeira Seção e a Corte Especial do STJ.

A peticionante afirma que no Agravo Interno de fls. 1.350-1.359, e-STJ, requereu que a Reclamação fosse submetida a julgamento pela Corte Especial: "2) Seja a presente Reclamação julgada pela Corte Especial, Art. 11, incisos IX a XII do Regimento Interno do STJ, cassando a tese prescricional, nos termos do art. 199, I e II, do CC/2002, determinando o prosseguimento da execução, mantendo a autoridade da decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 418.055/RJ (2001/0128674-5) (...)".

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 16.10.2019.

Rejeita-se, de plano, o suposto Conflito de Competência.

Isso porque o presente caso cristalinamente não se enquadra nas hipóteses legais. O Conflito só passa a existir no momento em que dois ou mais juízes profiram determinações divergentes nos autos (os dois se declaram competentes/incompetentes ou pretendem a reunião de processos perante outro juízo, que a rejeita), o que não ocorreu.

Com efeito, preceitua o art. 66 do CPC/2015:

Art. 66. Há conflito de competência quando:

I - 2 (dois) ou mais juízes se declaram competentes;

II - 2 (dois) ou mais juízes se consideram incompetentes, atribuindo um ao outro a competência;

III - entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

Acrescente-se que, na forma da jurisprudência do STJ, há "conflito de competência quando dois ou mais juízes declaram-se competentes ou incompetentes para o exame da mesma demanda, ou, ainda, quando houver controvérsia acerca da reunião ou separação de processos" (STJ, AgInt no CC

159.174/RN, Rel. Min. Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 21.11.2018).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO ANULATÓRIA DE DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO. DEMANDA EM CURSO NA JUSTIÇA ESTADUAL. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA EM FASE DE EXECUÇÃO. PROCESSOS COM IDÊNTICO OBJETO. ALEGAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE EXTERNA. SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. A caracterização de conflito de competência pressupõe a manifestação de dois ou mais juízes que se declaram competentes ou incompetentes, ou, ainda, a existência de controvérsia entre eles acerca da reunião ou da separação de processos, como estatui o art. 66 do CPC/2015.

2. A jurisprudência desta Corte de justiça, conferindo interpretação extensiva ao art. 115 do CPC/1973 (correspondente ao art. 66 do CPC/2015), reconhece a existência de prejudicialidade heterogênea entre demandas que tramitam em Juízos diversos, quando possuírem questões fáticas e objetos semelhantes com chances concretas de existirem decisões conflitantes, admitindo, nesses casos, o sobrestamento de um dos processos.

3. Hipótese em que o Município defende a existência de prejudicialidade externa entre a ação de execução trabalhista movida contra o ora agravado e a ação declaratória de nulidade de doação de bem público, em face da referida empresa ter descumprido o contrato firmado com o ente público, visto que ambas as demandas abrangem o mesmo imóvel.

4. Embora a ação declaratória de nulidade do negócio jurídico, em trâmite no Juízo Cível, possa gerar reflexos na ação trabalhista, já em fase de execução, o suscitante pode utilizar-se das vias judiciais ou recursais cabíveis para se resguardar de possíveis danos ao seu patrimônio, não havendo conflito entre as decisões dos Juízos suscitados, tampouco tendo sido demonstrada a existência de ato expropriatório atual ou iminente sobre o imóvel sub judice, o que torna descabido o pedido de suspensão do processo laboral, por desvirtuar a finalidade do presente incidente.

5. O objetivo precípua do conflito de competência é declarar, havendo dúvida, qual o juízo competente para o julgamento das causas (art. 957 do CPC/15), não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, sobretudo no caso, em que o Juízo comum já adotou a medida necessária ao impedimento de expropriação ou alienação do bem em questão, determinando a inserção de gravame junto ao Registro de Imóveis, o que inclusive já foi realizado. 6. Agravo interno desprovido. (AgInt no CC 165.138/MG, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Seção, DJe 25.6.2019)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. JUÍZO ESTADUAL X JUÍZO FEDERAL. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA POSITIVO. INEXISTÊNCIA.

1. Para a configuração do conflito positivo de competência, é necessário que dois ou mais juízes, de maneira expressa, se declarem competentes para julgar o mesmo feito (art. 66, I, do CPC/2015).

2. Na espécie, a decisão do juízo estadual tido como suscitado se deu em execução promovida por particular na qual se determinou o prosseguimento da adjudicação realizada naqueles autos, antes mesmo do ajuizamento da noticiada ação cautelar. De outro lado, na medida cautelar fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional, o juízo federal indicado como suscitante determinou a indisponibilidade de diversos bens das empresas até o limite de R\$ 403.389.862,03. Demais disso, não houve pedido expresso do ente público para ingressar no feito cível, mas apenas pedido de vista e carga dos autos. Assim, não há falar em conflito de competência, mas de decisões emanadas do juízo estadual e do juízo federal no âmbito de suas respectivas jurisdições.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no CC 152.093/RS, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe 11.3.2019)

Ademais, como consignado na decisão de fls. 1.341-1.345, e-STJ, a Reclamante aduz na petição inicial que a decisão reclamada viola a autoridade das decisões proferidas pelo STJ nos Recursos Especiais repetitivos 1.002.932/SP e 960.239/SC, ambos julgados pela Primeira Seção.

Ao contrário do que pretende fazer crer a peticionante, não há qualquer referência ao Agravo de Instrumento 418.055/RJ na Petição de fls. 3-13, e-STJ.

Diante do exposto, **indefiro o pedido formulado na Petição de fls. 1.382-1.388, e-STJ.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator